

Transferências Constitucionais em 2020

As Transferências Fiscais representam repasses de verbas entre instituições públicas, a exemplo do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Tanto o FPE quanto o FPM são oriundos de um percentual da receita obtida com o Imposto de Renda e com o Imposto sobre Produtos Industrializados (21,5% para o FPE e 24,5% para o FPM). Dos valores distribuídos para os Fundos, deduz-se 20,0% para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

Os repasses para os Estados e Municípios são determinados, principalmente, pela dimensão da população e pelo nível de renda *per capita* dos entes federativos. Os recursos variam diretamente em relação ao tamanho da população e inversamente em comparação com a renda *per capita*. Ressalte-se que as Unidades Federativas das regiões de menor desenvolvimento econômico, a exemplo do Nordeste, dependem dos repasses constitucionais para realizar investimentos, bem como para arcar com despesas correntes.

O FPE no Brasil totalizou R\$ 34,0 bilhões nos primeiros cinco meses de 2020, ante R\$ 35,6 bilhões em 2019, conforme a Tabela 1. A variação real do FPE, descontada a inflação do período, foi de -7,5%. Os dados são da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

O FPE para os Estados do Nordeste alcançou R\$ 17,8 bilhões de janeiro a maio de 2020, em contraste com R\$ 18,6 bilhões, representando perda real de -7,3% em comparação com igual período de 2019. A Região recebeu 52,3% do total dos recursos desse Fundo, de janeiro a maio de 2020. Registre-se que nos meses de abril e maio de 2020, comparados com o mesmo período de 2019, o FPE reduziu 17,4% no Nordeste em termos reais.

Todas as Unidades Federativas do Nordeste obtiveram perdas reais no volume de recursos do FPE em 2020, em comparação com 2019. Bahia (R\$ 3,2 bilhões), Ceará (R\$ 2,5 bilhões), Maranhão (R\$ 2,4 bilhões) e Pernambuco (R\$ 2,3 bilhões) obtiveram 58,7% dos valores destinados ao Nordeste. Seguiram Paraíba (R\$ 1,6 bilhão), Piauí (R\$ 1,5 bilhão), Alagoas (R\$ 1,4 bilhão), Rio Grande Norte (R\$ 1,4 bilhão) e Sergipe (R\$ 1,4 bilhão), com 41,3% do total.

O FPM no País somou R\$ 35,6 bilhões nos primeiros cinco meses de 2020, em comparação com R\$ 37,3 bilhões em iguais meses de 2019 (Tabela 1). A perda real foi -7,5%. O FPM para o Nordeste totalizou R\$ 12,5 bilhões no período estudado, em contraste com R\$ 13,1 bilhões em 2019, significando perda real de 7,6%, em comparação com 2019 (Tabela 1). Nos meses de abril e maio de 2020, comparados com os mesmos meses de 2019, o FPM declinou no Nordeste 17,8% em termos reais.

O Nordeste recebeu 35,2% do total dos recursos do FPM em 2020. Todas as Unidades Federativas da Região registraram perda real no volume de recursos do FPM no primeiro quinquênio de 2020, em comparação com semelhante período de 2019. Bahia (R\$ 3,3 bilhões), Ceará (R\$ 1,8 bilhão), Pernambuco (R\$ 1,7 bilhão) e Maranhão (R\$ 1,5 bilhão) foram beneficiados com 65,8% do total de recursos destinados à Região. Seguiram Paraíba (R\$ 1,1 bilhão), Piauí (R\$ 946 milhões), Rio Grande do Norte (R\$ 882 milhões), Alagoas (R\$ 808 milhões) e Sergipe (R\$ 532 milhões), com 34,2% do total do FPM destinado ao Nordeste.

O FPM destinado para as capitais atingiu R\$ 3,6 bilhões de janeiro a maio de 2020, ante R\$ 1,7 bilhão nos cinco primeiros meses de 2019, representando perda de 7,5% em termos reais. O FPM para as capitais do Nordeste alcançou 1,6 bilhão, com perda real de -8,1%, comparado com o mesmo período de 2019, quando foram alocados R\$ 1,7 bilhão. Cabe destacar a perda real de Recife (-17,3%), em função do aumento da renda *per capita* dessa cidade, dado que o coeficiente de distribuição trabalha com o inverso da renda *per capita*.

As capitais do Nordeste foram beneficiadas com 46,2% do total de recursos alocados pelo FPM Capitais no País em 2020. Fortaleza (R\$ 306 milhões), Salvador (R\$ 275 milhões), São Luís (R\$ 191 milhões) e Teresina (R\$ 191 milhões) e Recife (R\$ 171 milhões) obtiveram 69,6% do total do FPM Capitais destinado ao Nordeste. Seguiram Maceió (R\$ 153 milhões), João Pessoa (R\$ 122 milhões), Natal (R\$ 110 milhões) e Aracaju (R\$ 110 milhões), com 30,4% dos recursos desse Fundo ao Nordeste, de janeiro a maio de 2020.

A Tabela 2 apresenta as projeções dos valores a serem transferidos para o FPE, FPM e FPM capitais no período de junho a dezembro de 2020.

Autor: Antônio Ricardo de Norões Vidal, Economista, Coordenador de Estudos e Pesquisas, Banco do Nordeste / ETENE.

Tabela 1 - FPE, FPM e FPM Capitais - Brasil, Nordeste e Estados - R\$ Milhões ⁽¹⁾

Estado/Região/País	FPE		FPM		FPM CAPITAIS	
	2019	2020	2019	2020	2019	2020
Alagoas	1.501	1.428	846	808	159	153
Bahia	3.319	3.180	3.422	3.267	287	275
Ceará	2.588	2.479	1.851	1.769	319	306
Maranhão	2.558	2.449	1.565	1.494	199	191
Paraíba	1.687	1.621	1.170	1.118	127	122
Pernambuco	2.445	2.340	1.833	1.719	201	171
Piauí	1.542	1.471	990	946	199	191
Rio Grande do Norte	1.488	1.418	923	882	115	110
Sergipe	1.472	1.407	557	532	115	110
Nordeste	18.601	17.793	13.157	12.535	1.721	1.631
Espírito Santo	557	527	685	654	76	73
Minas Gerais	1.598	1.524	4.893	4.671	191	184
Brasil	35.619	33.999	37.276	35.580	3.728	3.558

Fonte: BNB/ETENE, com dados da STN. Nota: (1) Valores transferidos de janeiro a maio de cada ano.

Tabela 2 - Previsões de transferências para o FPE e FPM - R\$ Milhões

Estado/Região	FPE	FPM	FPM Capitais
	Junho a Dezembro	Junho a Dezembro	Junho a Dezembro
Alagoas	1.771	1.204	228
Bahia	3.946	4.867	410
Ceará	3.076	2.635	456
Maranhão	3.039	2.226	285
Paraíba	2.012	1.665	182
Pernambuco	2.904	2.561	255
Piauí	1.825	1.409	285
Rio Grande do Norte	1.759	1.313	164
Sergipe	1.745	793	164
Nordeste	22.078	18.673	2.430
Espírito Santo	653	974	109
Minas Gerais	1.890	6.957	274
Brasil	42.182	53.002	5.300

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados da STN.

ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ESTUDOS ECONÔMICOS DO NORDESTE - ETENE | Economista-Chefe: Luiz Alberto Esteves. Gerente de Ambiente: Tibério Rômulo Romão Bernardo. Célula de Estudos e Pesquisas Macroeconômicas. Gerente Executivo: Airton Saboya Valente Junior. Equipe Técnica: Antônio Ricardo de Norões Vidal, Hellen Cristina Rodrigues Saraiva Leão, Laura Lúcia Ramos Freire, Lilliane Cordeiro Barroso e Wendell Márcio Araújo Carneiro. Projeto Gráfico: Gustavo Bezerra Carvalho. Revisão Vernacular: Hermano José Pinho. Estagiário: João Marcos Rodrigues da Silva.

Aviso Legal: O BNB/ETENE não se responsabiliza por quaisquer atos/decisões tomadas com base nas informações disponibilizadas por suas publicações e projeções. Desse modo, todas as consequências pelo uso de quaisquer dados ou análises desta publicação serão de responsabilidade exclusivamente do usuário, eximindo o BNB de todas as ações decorrentes do uso deste material. O acesso a essas informações implica a total aceitação deste termo de responsabilidade. Os conceitos e opiniões emitidos nesse documento não refletem necessariamente o ponto de vista do BNB. É permitida a reprodução das matérias, desde que seja citada a fonte.